



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E DE ACOMPANHAMENTO DA**  
**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



**Propositura:** Projeto de Decreto Legislativo N° 603/2024 – “Prestação de Contas do Município de Porto Velho, referente ao exercício 2022 - Parecer Prévio nº 0006/2024”.

**Origem:** Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO.

**Relator:** Ver. Marcelo Reis/PSDB – Presidente da Comissão Permanente de Finanças e de Acompanhamento da Execução Orçamentária.

**PARECER DO RELATOR**

Oriundo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, o parecerprévio emitido versa sobre as contas do município de Porto Velho no exercício de 2022 sob a gestão do senhor **Hildon de Lima Chaves**, as quais deverão ser julgadas por este poder Legislativo Municipal conforme preceitua o art. 31 da constituição federal.

**1. Do Relatório**

Trata-se de parecer prévio emitido pelo TCE-RO, sob a relatoria do Nobre Conselheiro Valdivino Crispim de Souza, referente ao julgamento das contas municipais do exercício de 2022, encaminhado a esta Comissão para análise e parecer.

O Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia encontra-se nesta Comissão, em atendimento a Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e Normas Regimentais, que disciplinam sua tramitação, estando, sob a responsabilidade deste vereador na qualidade de relator, a emissão de parecer sobre o julgamento das Contas de Governo do Prefeito Municipal Sr. Hildon de Lima Chaves, que deverá ser julgado pelo Plenário desta Casa, em observância a disposto na Constituição Federal.

Como se sabe, o controle externo, de competência da Câmara Municipal é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, conforme estabelece o §1º do art. 31 da C.F. O parecer prévio, emitido pelo TCE, sobre as contas do Executivo, trata-se de parecer técnico sobre a movimentação ocorrida nas contas globais do Município, para que a Câmara exerça, na plenitude, o controle externo, com o julgamento político de tais contas, uma vez que se trata de atos do Poder Executivo, conforme a melhor doutrina constitucional. A essa altura, não podemos olvidar que o parecer técnico do TCE, auxilia a Câmara em seu julgamento, pois

somente ao Poder Legislativo cabe a função de julgar as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal, de acordo com o parágrafo 12 e 2º do art. 31 da C.F. Tal situação é, pois, resultante do exercício de sua função fundamental de julgar, que possui a Câmara Municipal esta incumbência.

É o relatório.

## 2. Dos fatos

Versam os autos sobre a Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2022 da Prefeitura do Município de Porto Velho, a qual recebeu parecer prévio pela aprovação das contas, ressalvados os apontamentos mencionados no acórdão APL-TC 00063/24 referente ao processo nº 00952/24/TCE-RO, de modo que deverá ser alertado o atual prefeito municipal para que adote as providências necessárias a regularização de tais impropriedades, bem como observar os alertas e recomendações emitidas, cuja transcrição segue abaixo:

III – Alertar, nos termos do §1º, II, art.59 da LRF do Prefeito do Município de Porto Velho, Senhor Hildon de Lima Chaves, ou a quem vier a lhe substituir, para que estabeleça rigoroso controle da despesa com pessoal do Poder Executivo, por ter ultrapassado 90% do limite máximo (54%) permitido pelo parágrafo único do art.22 da Lei de Responsabilidade Fiscal 101/00;

V – Recomendar ao Prefeito do Município de Porto Velho, Senhor Hildon de Lima Chaves, ou a quem viera a lhe substituir, que a Administração do Município adote as seguintes ações na gestão do estoque da dívida ativa: a) Análise da base de dados: realizar uma análise minuciosa da base de dados dos créditos inscritos em dívida ativa, adotando critérios de priorização de cobrança: (i) dos créditos que estão próximos de atingir o prazo prescricional e priorize esses casos para ação imediata, e (ii) dos créditos que possuem montante mais elevado; b) Estabelecimento de responsabilidade: normatizar o processo de trabalho sobre a dívida ativa municipal, estabelecendo fluxos de trabalhos, rotinas, manuais de operacionalização, designando os setores/órgãos responsáveis por cada etapa; c) Treinamento de pessoal: promover a reciclagem dos responsáveis sobre a legislação aplicável, a fim de adaptar-se com a legislação vigente sobre prescrição de dívida ativa e suas particularidades, entendendo os prazos e os eventos que podem interromper ou suspender a contagem do prazo prescricional, priorizando o investimento em capacitação da equipe responsável pela cobrança da dívida ativa; d) Implementação de processos ágeis: estabelecer processos eficientes e ágeis para a cobrança dos créditos em dívida ativa, incluindo a junção em um único processo de todas as dívidas do mesmo contribuinte, inclusive as de parcelamentos não cumpridos e autos de infração ou lançamento de tributo, de modo alcançar o valor de alçada para execução fiscal; e) Negociação e parcelamento: oferecer opções de negociação e parcelamento para os devedores, visando facilitar o pagamento dos créditos, estabelecendo critérios claros e consistentes para conceder







IX – Alertar o Prefeito do Município de Porto Velho, Senhor Hildon de Lima Chaves, ou a quem vier a lhe substituir, que promova a aplicação dos recursos desuperávit do Fundeb durante o primeiro quadrimestre do exercício subsequente, por meio da abertura de créditos adicionais, conforme estabelecido pelo art.25, §3º, da Lei Federal n. 14.113/2020;

X – Alertar o Prefeito do Município de Porto Velho, Senhor Hildon de Lima Chaves, ou a quem vier a lhe substituir, quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral das determinações dessa egrégia Corte de Contas, sob pena de findar configurada a reincidência em graves irregularidades, nos termos do artigo 16, § 1º, c/c artigo 55, II46, da Lei Complementar n. 154/199647;

XI – Alertar o Senhor Hildon de Lima Chaves, ou a quem vier a lhe substituir, sobre a necessidade de observar as recomendações constantes no Relatório do Controle interno, quanto à adoção das medidas: a) notificar o Órgão Central de Contabilidade sobre a necessidade de apresentação de um cronograma de trabalho com objetivo de sanar pendências da Conciliação bancária e dos valores constantes nas contas de consignação, b) notificar o Órgão Central de Contabilidade sobre a necessidade de apresentação de um cronograma de trabalho com objetivo de baixar as pendências de valores de suprimentos de fundos edárias, ou encaminhar os processos dos Servidores e valores em alcance para instauração de Tomada de Contas Especial;

### 3. Do Mérito.

A tramitação da Matéria, observa a competência desta Comissão de Orçamento no artigo 95, II, do Regimento Interno da Câmara.

**“Art. 95 – Compete à comissão de finanças e acompanhamento da execução orçamentária emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter orçamentário-financeiro, especialmente sobre:**

**II – Prestações de contas do prefeito e da mesa diretora da Câmara mediante o parecer prévio do Tribunal de contas do estado de Rondônia [...]**

### 4. Do Voto.

Deste modo, considerando que a execução do orçamento e da gestão fiscal de 2022, exceto pelas falhas formais encontradas, asquais devem ser observadas e elididas pelo Município, no entanto conforme a própria manifestação de contas, tais impropriedades não afetam a globalidade das contas, demonstra que foram observados os princípios constitucionais e legais na execução do orçamento do Município e nas demais operações



realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a Lei Orçamentária Anual;

Considerando o cumprimento dos limites legais e constitucionais da Saúde (21,17%), Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (27,59%), FUNDEB (95,87%, sendo 77,64% na Remuneração e Valorização do Magistério) e repasses ao Legislativo (5%); cumprindo, respectivamente, com as disposições contidas no art. 212, da Constituição Federal de 1988, no art. 60, XII, e 77, III, do ADCT, da Constituição Federal de 1988, nos arts. 21, § 2º e 22, da Lei n. 11.494, de 2007, no art. 7º, da LC n. 141, de 2012, e no art. 29-A, IV, da Constituição Federal de 1988;

Considerando que o cotejo entre o Ativo Financeiro (R\$1.535.949.874,39) e o Passivo Financeiro (R\$172.208.725,82), após inscrição dos restos a pagar, evidenciou em um superávit da ordem de R\$1.363.741.148,57 (um bilhão, trezentos e sessenta e três milhões, setecentos e quarenta e um mil, cento e quarenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), atendendo, assim, ao estabelecido no art. 1º, § 1º da LC n. 101/2000 c/c art. 48, “b” da Lei Federal n. 4.320/64;

Considerando que os gastos com a despesa total de pessoal (Poder Executivo + Legislativo) atingiram o percentual de 50,87% da Receita Corrente Líquida Ajustada, portanto, abaixo do limite estabelecido pelo art. 20, inciso III, da Lei Complementar 101/2000 (60%);

Por fim, considerando que o TCE-RO, na função auxiliar a este Poder Legislativo, emitiu Parecer Prévio pela Aprovação das contas, passamos ao nosso voto;

Neste sentido, **VOTO PELA APROVAÇÃO** das contas referente ao exercício de 2022 da Prefeitura de Porto Velho, sob responsabilidade do Sr. Hildon de Lima Chaves.

É o nosso parecer, o qual submetemos aos demais membros desta Comissão na forma regimental.

Sala das Comissões, 04 de Junho de 2024.

  
**Ver. Marcelo Reis - PSDB**  
Relator



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO  
**GERÊNCIA DAS COMISSÕES**

**COMISSÃO DE PERMANENTE DE FINANÇAS E DE  
ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**PROPOSITURA:** Projeto de Decreto Legislativo n. 603/2024

**AUTORIA:** CFAEO - Comissão de Finanças e de Acompanhamento da Execução Orçamentária.

**ASSUNTO:** " Prestação de Contas do Município de Porto Velho, referente ao exercício 2022- Parecer Prévio nº 00006/2024."

**PARECER Nº 01/2024.**

Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

A **COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, após análise do Relator, o **Vereador Marcelo Reis** opina favoravelmente à **aprovação** da presente propositura. Visto que, em análise à matéria, verifica-se que o projeto está em consonância com as regras que regem a legalidade e dentro dos conceitos constitucionais.

Diante do exposto, emitimos **VOTO FAVORÁVEL** ao Projeto de Decreto Legislativo n.603/2024.

Gerência das Comissões, 04 de junho de 2024.

Vereador Marcelo Reis  
**Presidente/CPFAEO/2023**

  
Vereador Marco Oliveira  
**1º Secretário/CPFAEO/2023**

  
Vereador Paulo Tico  
**2º Secretário/CPFAEO/2023**